



#### ST4. A TEMÁTICA INDÍGENA NA ESCRITA E NO ENSINO DE HISTÓRIA AVANÇOS E RETROCESSOS

207

### O ÍNDIO DO 19 DE ABRIL: DO FOLCLORE A CONSTRUÇÃO DO PRECONCEITO A PARTI DE UMA EDUCAÇÃO DEFASADA<sup>1</sup>

*Talles Bruno Patriota<sup>2</sup>*

**Resumo:** Estereotipados socialmente por uma educação defasada e 5por uma mídia tendenciosa, na qual os generalizam culturalmente. O indígena torna-se mais debatido, para não dizer subjugado, durante a data em que se comemora o Dia do Índio. Promulgado pelo o Presidente Getúlio Vargas o decreto de lei nº 5.540/1943, vem através dos anos tornando o dia 19 de Abril em um momento de festividades folclóricas e banalização com a imagem e a cultura indígena, reforçando de forma simplória, mas enérgica, o preconceito. Mesmo durante a década de 1980 com a crescente demografia e o protagonismo no cenário político nacional, estes no que concerne a questão historiográfica ainda são escamoteados a posição de sujeitos marginalizados no que diz respeito ao discurso étnico-cultural e racial, não os conferindo o status, também, de agente ativo na formação identitária nacional. Tais fatores corroboram para uma educação defasada sobre os povos indígenas, na qual acaba por gerar um aluno acrítico.

**Palavras-chave:** Índio. Preconceito. Historiografia. Educação.

### A EDUCAÇÃO ATRAVÉS DO LIVRO DIDÁTICO: OS AGENTES BALIZADORES DE UMA VERDADE IRREFUTÁVEL E A MARGINALIZAÇÃO DA HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA NO BRASIL

Seguindo o posicionamento de Vesentini<sup>3</sup>, o mesmo diz que “O livro didático constitui um elo importante na corrente do discurso da competência: é o lugar do saber definido, pronto, acabado, correto e, dessa forma, fonte única de referência e contrapartida dos erros das experiências de vida”.

São atribuídos a esses valores e as dificuldades encontradas pelos professores perante a elaboração dos assuntos contidos nos livros didáticos que temas relacionados

<sup>1</sup> Artigo elaborado através das pesquisas e discussões feitas no Grupo de Pesquisa: História e Historiografia dos Povos Indígenas. Orientado pela Prof. Dr<sup>a</sup>. Cláudia Lago

<sup>2</sup> Graduando em História (Licenciatura Plena) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

<sup>3</sup> VESENTINI, José William. A questão do livro didático no ensino da Geografia Novos caminhos da Geografia in Caminhos da Geografia. Ana Fani Alessandri Carlos(organizadora). 5.ed.,1ª reimpressão-São Paulo: Contexto,2007.

aos povos indígenas tendem a ter uma abordagem marginalizada e preconceituosa com o objeto estudo. Oliveira<sup>4</sup> ressalta que apesar da metodologia de ensino e aprendizagem está se reelaborando com os avanços tecnológicos, o livro ainda continua sendo o recurso didático de maior utilização no meio acadêmico.

É durante o Regime Militar na década de 1970 com o advento do capitalismo exacerbado na conjuntura sócio-política e econômica brasileira, que temos não apenas por parte dos livros didáticos e professores de escolas – esse último reconhecido até hoje como meros reprodutores do saber, e não pesquisadores e produtores de tal -, mas também de uma classe científica composta por historiadores, antropólogos entre outros, escamoteando as populações indígenas a uma cultura marginalizada de não assimilação aos valores atuantes – nesse caso referindo-se ao capitalismo –, e sendo assim, o seu extermínio seria inevitável.

Os historiadores viam na questão ágrafa, e aí não queria correr o risco de se submeterem as produções oriundas de viajantes, instâncias religiosas e outros colonizadores, além do campo da oralidade, a barreira que os impediam de desenvolver pesquisas sobre uma população de baixa ou nenhuma relevância para a questão sociocultural brasileiro.<sup>5</sup>

Dando continuidade a problemática do livro didático, observa-se que os assuntos contidos e o modo como eles estão representados é resultante de articulações de agente sociais. Segundo Santigos e Dias (2007, apud SOARES<sup>6</sup>, et al. 2013, p. 523), “o livro é um [...] portador de um saber escolar articulado as finalidades sociais, políticas e culturais de uma sociedade”.

Fato esse do paradidático está diretamente vinculado ao poder instituído<sup>7</sup>, é de conhecimento que a temática indígena veio a torna-se mais aprofundada, desconstruindo aos poucos a homogeneização e marginalização com tais culturas e etnias a partir da década de 1980, com um protagonismo maior por parte dos indígenas em lutarem para serem reconhecidos os seus direitos através da política e justiça brasileira, conseguindo assim, também, um maior enfoque por parte da mídia nacional.

Contudo, tais esforços não são ainda o bastante para desvencilhar a imagem do índio ao vagabundo, ao atraso do progresso, ou na melhor das hipóteses, o selvagem, o desvariado de uma cultura nos moldes de uma moral eurocêntrica cristã capitalista. Pois, segundo Ricardo<sup>8</sup> (2004):

Apesar do interesse da mídia pelos índios nos últimos 25 anos, o que se informa, e, portanto, o que se “consome” sobre o assunto, são fatos fragmentados, histórias superficiais e imagens genéricas, enormemente empobrecedoras da realidade [...] Os arquivos das

<sup>4</sup> OLIVEIRA, J. A eficiência e/ou ineficiência do livro didático no processo De ensino aprendizagem. Rio de Janeiro.

<sup>5</sup> MOTA, L; RODRIGUÊS, I. A questão indígena no livro didático: “Toda a História”. Revista Hist. Ensino, Londrina, v. 5, p. 41-59. 1999

<sup>6</sup> SOARES, A. et al. A Arqueologia nos livros didáticos. In: Revista Latino-Americana de História (Vol. 2. N° 6). 2013. Disponível em: < <http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/search/results>>. Acessado em 20 abr 2014.

<sup>7</sup> BITTENCOURT, C. Livro didático e saber escolar: 1810-1910. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 18.

<sup>8</sup> RICARDO, Carlos Alberto. “Os índios” e a sociodiversidade nativa contemporânea no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (org.). A Temática Indígena na Escola: Novos Subsídios Para Professores de 1º e 2º Graus. São Paulo: Global, 2004. 4ª ed. Capítulo 1, pp. 29-60.

redações dos jornais diários têm informações descontínuas sobre as “tribos” em pauta, sem nenhuma densidade cultural ou histórica específica.

Basta observarmos para constatar que uma das principais vitórias para com a difusão da cultura étnico-racial indígena veio em 2008 com a Lei nº 11.645, na qual foi possível alterar o artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Pela Lei, ficou estabelecida a obrigatoriedade do ensino de história e cultura dos povos indígenas nas escolas de ensino fundamental e médio, das redes públicas ou privadas do Brasil. As autoras Xavier e Zen<sup>9</sup> (2012) ainda trazem nos seus estudos a seguinte questão, essa estando bem mais recente a nós.

Destaca-se, ainda, alterações no marco normativo que regula a educação escolar indígena [...] com a recente aprovação pelo Conselho Nacional de Educação de novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Indígena na Educação Básica. A definição dessas diretrizes se deu através do Parecer CNE/CEB nº.13/2012, aprovado em 10 de Maio de 2012, e de uma proposta de Resolução ainda não homologada.

Para finalizar essa parte do artigo que compromete em trazer uma discussão em cima do uso do livro didático e da educação em si como agentes balizadores e de verdades irrefutáveis, assim podemos dizer para com a cultura étnico-racial dos povos indígenas. O utilizo-me do posicionamento de Ricardo<sup>10</sup> (2004) que diz em seu trabalho *Reconhecimento oficial da autonomia e da sabedoria dos agentes originários e reorientação do projeto (inter)nacional brasileiro: para que aprender sobre índios na escola do país?*, O autor conclui que:

A mera obrigatoriedade legal pelo reconhecimento da diversidade cultural no Brasil tem um caráter antipedagógico que deve ser neutralizado [...]. Contudo, continua o autor: “O ensino de conteúdos relativos à história e cultura dos habitantes originários da América do Sul nas escolas do país é, de maneiras mais imediata, uma medida compensatória [...]”. Dessa maneira: “As escolas são instrumentos de transformação social, ampliando a capacidade de tolerância das futuras gerações e desfazendo preconceitos antigos arraigados nos mais velhos [...]”.

O Termo obrigatório remete para o alunato a ideia de forçar a algo, impor aquilo que não seria necessário aos seus estudos. E tal discussão ganha força quando está ligado a algo marginalizado. Contudo, é certo que a introdução de temas antes poucos difundidos nas escolas ao ser introduzidos nas disciplinas de cunho sociais fora a

<sup>9</sup> XAVIER, Maria Luisa Merino de Freitas; ZEN, Maria Isabel Habckost Dalla. Apresentação. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida. et al. (org.). Povos Indígenas e Educação. Porto Alegre: Mediação, 2012. 2ª ed. pp 5-6.

<sup>10</sup> RICARDO, Carlos Alberto. “Os índios” e a sociodiversidade nativa contemporânea no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (org.). A Temática Indígena na Escola: Novos Subsídios Para Professores de 1º e 2º Graus. São Paulo: Global, 2004. 4ª ed. Capítulo 1, pp. 29-60.

maneira mais enérgica para se não quebrar, mas diminuir as barreiras do preconceito com as classes minoritárias.

## FOLCLORIZAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DO PRECONCEITO: 19 DE ABRIL

Decretado primeiramente em 1940 no México, o Dia do Índio só veio ser efetivado em terras tupiniquins pelo então Presidente da República Federativa do Brasil, Getúlio Vargas, em 2 de Junho de 1943 na qual fora assinado pelos Ministros Apolônio Sales e Oswaldo Aranha.

O decreto de Lei nº 5.540/1943 que institui 19 de Abril como Dia do Índio se deu através das exigências tomadas no 1º Congresso Indigenista Interamericano realizado em Patzcuaro, México, no ano de 1940, reunindo líderes indígenas do Panamá, Chile, Estados Unidos e do próprio México, e também das constantes insistências do Marechal Rondon.

Como forma de homenagear o dia da primeira reunião das lideranças indígenas americanas, o 19 de Abril teve como proposta não apenas a comemoração, mas a oportunidade de se debater através das diversas instituições de ensino os problemas enfrentados pelos mesmos.

Contudo, as fantasias atribuídas ao cocar de uma única pena na cabeça, rostos pintados, danças em grupos circulares e a mão na boca fazendo sons e gestos que remetem a uma ideia ritualística indígena é o que de mais forte e presente originou-se com tal data comemorativa a partir de uma folclorização desses grupos. A partir de um ensino eurocêntrico as escolas tendem, quando não marginaliza, aos colocarem em uma posição passiva aos fatos históricos, onde o branco europeu é quem escreve a “História do Brasil”.

Quando se observa a relação sociedade diversa x sociedade indígenas na contemporaneidade, não se relata grandes diferenças nas formas de diálogo e convivência se comparado aos séculos de conflitos e explorações. É atribuída ao indígena uma figura mística e folclórica, totalmente surreal, não considerando a realidade dos povos resistentes. Intencionalmente prefere-se que as crianças vão a escola e aprendam que Pedro Álvares Cabral ‘descobriu’ o Brasil em 1500 e toda aquela (es)(hi)stória que ousam em continuarem fraudando. São nesses pequenos detalhes que residem todas as heranças de séculos de expropriação, danos, desastres, mágoas, saques, roubos (morais, culturais e materiais), crimes, e malfeitos que permanecem mais presentes do que nunca na vida de cada indígena. Essa forma de exterminar os Povos indígenas ocorre de forma velada nos dias de hoje. (<http://migre.me/kFjZR>)<sup>11</sup>.

O 19 de Abril trouxe para a população brasileira o reconhecimento de que existe outra cultura já instalada<sup>12</sup> no país antes da chegada dos portugueses em 1500. Contudo,

<sup>11</sup> <http://jairantinguiboto.wordpress.com/2014/04/16/19-de-abril-dia-de-indio-uma-breve-reflexao/>

<sup>12</sup> Ao falar sobre os indígenas que aqui estavam anteriores aos portugueses, o livro didático utiliza-se de uma historiografia eurocêntrica na sua explicação, os colocando em um tempo anterior bem próximo à chegada de Pedro Álvares Cabral no Brasil. Repassando, assim, a ideia de luta entre dois povos por uma terra desconhecida, e não de invasão e apropriação do outro.

tomou-se a ideia generalizante de um único povo e uma única cultura onde todos falam ou falavam o Tupi-guarani.

Segundo Oliveira<sup>13</sup> (2004), o extremismo do preconceito não advém com as populações mais distantes dos grandes centros urbanos do país, mas por uma elite municipal local e ruralista que convivem perto dos aldeamentos, pois, estes possuem interesses que batem de frente com as questões indígenas. O uso de artifícios difamatórios a imagem do índio é algo recorrente e de bastante sucesso para sobressaírem em cima deles.

[...] alimentando assim uma postura racista. Estereótipos como o de “preguiçosos”, “ladrões” e “traíçoeiros”, correspondem a acusações não comprovadas, mas que, de tanto repetidas, parecem juízos naturais. E, pior ainda, são usados como evidências que permitem justificar as medidas contra os índios e até mesmo ações genocidas.<sup>14</sup>

Francisco Moonen, antropólogo e professor titular do curso de antropologia da Universidade Federal da Paraíba, ressalta em seu livro *Pindorama Conquistada: repensando a questão indígena no Brasil* o posicionamento estereotipado por uma educação defasada da população brasileira em relação aos povos indígenas.

Para o brasileiro comum, ÍNDIO é qualquer descendência destes povos que moravam aqui antes da chegada dos portugueses. Quase sempre ele imagina o índio como um indivíduo que vive na selva, anda nu, caça com arco e flecha e usa estranhos adornos nos lábios e nas orelhas. E acha bom evita-lo porque é um sujeito violento, vingativo e traíçoeiro. Estes estereótipos, aprendidos desde os primeiros anos escolares, são reforçados por artigos sensacionalistas em jornais e revistas, ou por reportagens e filmes na TV.<sup>15</sup>

Mesmo após o último censo realizado pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio) em 2010 ter registrado 305 etnias e 274 línguas diferentes. A sociedade brasileira “não-indígena” ainda insiste em não reconhecer ao índio a sua diversidade cultural, posicionamento que fora construído ao logo do processo histórico brasileiro. E dentro dessa realidade vivenciada os povos indígenas estão periodicamente a “transformar radicalmente seu perfil cultural (...) transfigurando sua indianidade, mas persistindo como índio”. (RIBEIRO, 1977, apud PETERSON et.al. 2012, p. 190).

Adentrando a terminologia, índio, percebe-se o quanto o mesmo é pouco estudado, e assim, sabe-se o mínimo sobre o sua origem e uso. Nas escolas de forma superficial é ensinado que tal termo foi adotado por Cabral e sua tripulação quando desembarcaram no Brasil pensando que estavam nas índias, não levando em

<sup>13</sup> OLIVEIRA, João Pacheco. Muita terra para pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (orgs). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. São Paulo: Global. Brasília: MEC. Mari: UNESCO. 4ª ed. 2004.

<sup>14</sup> Ibidem, p. 63.

<sup>15</sup> MOONEN, Francisco. *Pindorama Conquistada: repensando a questão indígena no Brasil*. João Pessoa: Editora Alternativa. 1983, p. 11.

consideração que os europeus com Colombo já desembarcaram no continente alguns anos antes e que aqui antes de se chamar América era denominada de Índias Ocidentais.

Mooen (1983) coloca que o termo índio passar a ser uma conotação generalizada não apenas adentrando na questão sociopolítica e cultural dos povos indígenas, mas como uma forma de escravizar todo aquele que fosse considerado não-europeu na visão do colonizador. E tal posicionamento generalizante continua ainda hoje a partir do momento que observamos nos comentários das pessoas a sua ideia do “verdadeiro” índio, na qual pode-se figurar como merecedor dos “benefícios” constitucionais.

Durante o momento em que se criticam os livros didáticos e o modelo de ensino proposto por ele, principalmente ao adentrarmos no mérito da questão indígena do Brasil. Precisamos fazer uma releitura das discussões adotadas pelas academias científicas e seus pesquisadores, a exemplo do que já fora exposto no início deste artigo ao mencionar a ausência antropológica e historiográfica para com esses povos até o início da década de 1980 com o protagonismo dos movimentos indígenas no país.

Almeida (2010) coloca que o índio até meados da segunda do século XX era reservado a sua etnia o espaço do passado na construção histórica nacional elaborada pelo IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) no século XIX, mas precisamente em 1838. Então, percebe-se uma discrepância de mais de um século de visão estereotipada e reforço do preconceito com tal cultura.

Trindade (2013) em seu trabalho monográfico para a conclusão do curso de História na UNB (Universidade de Brasília), nos mostra como ainda está viva essa condição de atrelar o indígena ao passado através dos estudantes do ensino escola. O poder do imaginário para sem atentar as transformações culturais que os mesmos sofreram durante todo o processo histórico evoca toda aquela concepção do homem primitivo ligado a natureza, desprovido de uma educação fundada na moral eurocêntrica, tornando-os, assim, homens nus e selvagens. Ou seja, como a própria autora nos remete, evoca-se o índio dos séculos XV e XVI.

Estudar as representações do indígena é relevante para entendermos como na longuíssima duração, apesar das resignificações e mudanças, concepções do passado continuam presentes na cultura escolar e na sociedade brasileira, informando ideias/attitudes políticas referentes aos indígenas, delimitando seus espaços de atuação, de convivência e veiculando preconceitos contra o índio.<sup>16</sup>

A visão folclórica recaída sobre o índio torna-se também uma forma de fazer evitar que tais povos possam reivindicar por seus direitos reservados a constituição brasileira de 1988, mesmo que estas não tenham sido todas concretizadas ainda hoje. É comum ver em reportagens, sobretudo, jornalísticas a parcialidade dos profissionais em gerar todo um ambiente de perplexidade, com um misto de indignação e preconceito com os indígenas que não estão dentro dos padrões exigidos pelo imaginário social

---

<sup>16</sup> TRINDADE, Fernanda Nardes da. REPRESENTAÇÃO DOS ÍNDIOS NA ESCOLA: A EXPERIÊNCIA DE UMA OFICINA PEDAGÓGICA. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas – Universidade de Brasília – Brasília, Distrito Federal. p 10.

brasileiro. Resultando em comentários desfavoráveis as causas indígenas em grande parte do país.

[...] os movimentos indígenas da atualidade evidenciam que falar português, participar de discussões políticas, reivindicar direitos através do sistema judiciário, enfim, participar intensamente da sociedade dos brancos e aprender seus mecanismos de funcionamento não significa deixar de ser índio e sim a possibilidade de agir, sobreviver e defender seus direitos. São os próprios índios de hoje que não nos permitem mais pensar em distinções rígidas entre índios aculturados e índios puros.<sup>17</sup>

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Os índios na História do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2010.

BITTENCOURT, C. Livro didático e saber escolar: 1810-1910. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MOONEN, Francisco. Pindorama Conquistada: repensando a questão indígena no Brasil. João Pessoa: Editora Alternativa. 1983.

MOTA, L; RODRIGUÊS, I. A questão indígena no livro didático: “Toda a História”. Revista Hist. Ensino, Londrina, v. 5.

OLIVEIRA, J. A eficiência e/ou ineficiência do livro didático no processo De ensino aprendizagem. Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, João Pacheco. Muita terra para pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (orgs). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. São Paulo: Global. Brasília: MEC. Mari: UNESCO. 4ª ed. 2004.

RICARDO, Carlos Alberto. “Os índios” e a sociodiversidade nativa contemporânea no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). A Temática Indígena na Escola: Novos Subsídios Para Professores de 1º e 2º Graus. São Paulo: Global, 2004. 4ª ed.

SOARES, A. et al. A Arqueologia nos livros didáticos. In: Revista Latino-Americana de História (Vol. 2. N° 6). 2013. Disponível em: <<http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/search/results>>. Acessado em 20 abr 2014.

TRINDADE, Fernanda Nardes da. REPRESENTAÇÃO DOS ÍNDIOS NA ESCOLA: A EXPERIÊNCIA DE UMA OFICINA PEDAGÓGICA. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas – Universidade de Brasília – Brasília, Distrito Federal.

<sup>17</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Os índios na História do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2010, p. 20

VESENTINI, José William. A questão do livro didático no ensino da Geografia Novos caminhos da Geografia in Caminhos da Geografia. Ana Fani Alessandri Carlos(organizadora). 5.ed.,1ª reimpressão- São Paulo: Contexto,2007.

XAVIER, Maria Luisa Merino de Freitas; ZEN, Maria Isabel Habckost Dalla. Apresentação. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida. et al. (org.). Povos Indígenas e Educação. Porto Alegre: Mediação, 2012. 2ª ed.  
<http://jairantinguiboto.wordpress.com/2014/04/16/19-de-abril-dia-de-indio-uma-breve-reflexao/>